



642145436774495800573478746235432729049854756344357  
363545425761254234678765908676348654457876823574589  
743573635454257612542346787659086763486544578768235  
745897437039835637835645800573478746235432729049854  
756344357363545425761254234678765908676348654457876  
823574589743703983563783564214543677449580057347876  
562435431235431235431235431235431235431235431235431  
086763486544578768235745897437039835637835642145436  
774495800787659086763486544578768235745897437039835  
637835642145436774495800573478746235432729049854756  
344357363545425761 **Plano de Atividades e Orçamento 2021** 88  
745897437039835637835642145436774495800573478746235  
432729049854756344357363545425761254234678765908676  
348654457876823574589743703983563783564214543677449  
580057347874623543272904985475634435736354542576125  
423467876590867634865445787682357458974370398356378  
356421454367744958005734787462354327290498547563443  
573635454257612542346787659086763486544578768235745  
897437039835637835642145436774495800573478746235432  
729049854756344357363545425761254234678765908676348  
654457876823574589743703983563783564214543677449580  
057347874623543272904985475634435736354542576125423  
486544578768235745897437039835637835642145436774495  
800573478746235432729049854756344357363545425761253  
543272904985475634435736335432729049854756344357363  
634865445787682357458974370398356378356421454363574  
589743703983535745897437039835357458974370398353574  
589743703983642145436774495800573478746235432729049  
854756344357363545425761254234678765908676348654457  
876823574589743703983563783564214543677449580078765  
908676348654457876823574589743703983563783564214543  
677449580057347874623543272904929049854756344357363

## ÍNDICE

<b>Mensagem do Conselho de Administração .....</b>	<b>3</b>
<b>1. O IGCP .....</b>	<b>5</b>
1.1. Missão, visão e valores.....	5
1.2. Responsabilidade social e ambiental.....	5
1.3. Modelo organizacional.....	6
<b>2. Estratégia e atividades.....</b>	<b>8</b>
2.1. Enquadramento e contexto estratégico .....	8
2.2. Projetos e atividades de 2020 .....	9
2.3. Atividades para 2021 .....	15
<b>3. Gestão económica e financeira .....</b>	<b>19</b>
3.1. Demonstrações financeiras.....	19
3.2. Gastos operacionais .....	22
3.3. Eficiência operacional.....	26
<b>4. Recursos humanos.....</b>	<b>27</b>
4.1. Caracterização geral .....	27
4.2. Gastos com pessoal .....	28
<b>5. Anexos .....</b>	<b>30</b>

## Mensagem do Conselho de Administração

Quando, em 2019, o Conselho de Administração iniciou o seu mandato, nunca poderia imaginar a alteração substancial do contexto económico e social ocorrida a partir de março de 2020 e prolongada para 2021, provocada pela crise pandémica associada à propagação mundial do vírus SARS-CoV-2 (ou COVID-19).

A pandemia obrigou as sociedades, os governos e as instituições a definir planos e executar medidas até então nunca postas em prática, cujo sucesso se deve acima de tudo à resiliência das pessoas.

Perante o momento inicial da turbulência, o papel assumido pelo IGCP no financiamento da dívida pública e na gestão da tesouraria do Estado tornou-se ainda mais crítico e decisivo na resposta à crise pandémica. Neste contexto, o cumprimento da sua missão decorreu sem constrangimentos, tendo sido assegurado o aumento das necessidades de financiamento do Estado com uma redução dos encargos com a dívida, inclusivamente tendo sido registados mínimos históricos nas taxas de colocação da dívida pública.

A este respeito, importa ainda salientar a capacidade da Agência em assegurar com êxito a duplicação do programa de emissões de Obrigações do Tesouro (um recorde histórico) face ao originalmente previsto e os benefícios da existência de uma almofada de liquidez, a qual facilitou a escolha mais propícia do momento de acesso ao mercado, adiando-o para quando existia uma noção mais clara da pressão da crise económica sobre o desempenho das contas públicas. A tempestiva execução de um programa de financiamento, largamente ampliado, num contexto de elevada volatilidade, mas igualmente beneficiário de forte apoio das instituições europeias, com destaque para o Banco Central Europeu, ofereceu às autoridades conforto para a tomada de decisões de apoio às famílias e empresas mais afetadas.

Ao longo dos últimos meses, foram reforçados os mecanismos de controlo e gestão da tesouraria do Estado e dos seus organismos, procurando-se dar resposta a um aumento das incertezas em torno das necessidades de financiamento. Foi também efetuada a substituição da plataforma de *homebanking*, visando promover uma resposta mais completa das necessidades dos clientes e melhorar a satisfação com os serviços prestados pelo IGCP.

Para o sucesso das medidas definidas pelo IGCP no novo contexto social muito tem contribuído a capacidade de adaptação dos seus colaboradores à nova realidade de trabalho remoto, a par da sua dedicação e empenho. Adicionalmente, o recurso à utilização de métodos de comunicação virtual tem sido determinante para manter os contactos com os diferentes *stakeholders*.

O presente Plano de Atividade e Orçamento constitui um instrumento de gestão onde são identificadas as linhas orientadoras da governação dos recursos (financeiros, materiais e humanos) e definidos os projetos estruturantes para o ano 2021. Estes projetos estão em linha com o Plano Estratégico e contribuem para a superação dos desafios e incertezas que possam surgir ao longo do ano, tendo-se como objetivo último a melhoria do serviço prestado aos clientes e o aumento da satisfação das partes interessadas.

Os próximos anos revelam-se particularmente desafiantes, atentas as perspetivas de recuperação económica e social da Europa. O IGCP será necessariamente uma instituição preponderante para suportar a recuperação da economia Portuguesa devido à sua relação próxima com os mercados financeiros, agências de *rating* e instituições internacionais.

Conscientes dos desafios que se avizinham, estamos certos de que a experiência e o conhecimento adquiridos ao longo de 24 anos, associados quer à capacidade de rejuvenescimento e de adaptação, quer ao excelente quadro de recursos humanos que caracteriza esta organização, são determinantes para, no PRESENTE, continuar a construir o FUTURO do país.

O Conselho de Administração

## 1. O IGCP

A Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E. P. E. ("IGCP") é uma pessoa coletiva de direito público com natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa e financeira, e património próprio, sujeita à tutela e superintendência do membro do Governo responsável pela área das finanças, com atribuições e competências definidas nos termos do Decreto-Lei n.º 200/2012 de 27 de agosto.

### 1.1. Missão, visão e valores

#### Missão

O IGCP tem por missão gerir, de forma integrada, a tesouraria, o financiamento e a dívida pública direta do Estado, compreendendo, nos termos da lei, a dívida das entidades do setor público empresarial cujo financiamento seja assegurado através do Orçamento do Estado, cabendo-lhe ainda coordenar o financiamento dos fundos e serviços dotados de autonomia administrativa e financeira, em obediência às orientações definidas pelo Governo.

#### Visão

Tendo por base o Plano Estratégico 2019-2021, o IGCP pretende afirmar-se como uma Agência eficiente na gestão da dívida e da tesouraria, proporcionando maior satisfação aos clientes, sustentando as operações numa estrutura organizacional de excelência, à qual associou o lema "No PRESENTE a construir o FUTURO".

#### Valores

O IGCP assenta numa cultura guiada por aquele que é o princípio de interesse público estruturante e orientador de toda a missão da Agência. A sua ação é parametrizada pela sujeição a deveres e princípios de ética de que se destacam os valores definidos no atual Plano Estratégico:

- Rigor - porque as decisões da Agência têm impacto profundo na vida dos Portugueses;
- Transparência - na gestão porque a Agência é responsável por fundos públicos;
- Integridade - porque é fundamental agir com elevados princípios de carácter, honestidade e respeito.

A estes valores somam-se, ainda os princípios: da legalidade; da isenção e imparcialidade; da igualdade; e do dever de informação.

### 1.2. Responsabilidade social e ambiental

O IGCP encontra-se ativamente empenhado em contribuir positivamente para a sociedade e para a preservação do meio ambiente, através da implementação de políticas sociais justas e responsáveis que reforçam o sentido ético e de cidadania da Agência. Todas as atividades desempenhadas pelo IGCP

no cumprimento da sua missão estão alinhadas neste sentido, alicerçadas numa política de responsabilidade social e ambiental que se reflete na procura da melhoria contínua.

No que respeita a os seus colaboradores, o IGCP reconhece a importância: (i) da formação e valorização profissional, quer para manter a competência técnica quer para evoluir tecnologicamente; (ii) da flexibilização de horários que permitam conciliar o plano profissional e familiar, desde que compatível com as exigências da missão da Agência; (iii) da promoção de segurança e saúde no trabalho.

No que se refere ao impacto na vida da sociedade, esta Agência procura diariamente gerir os fundos públicos, com rigor e transparência, construindo um presente mais sólido sem comprometer o futuro das gerações mais jovens.

Por sua vez, o IGCP procura acolher as melhores práticas de proteção e defesa do ambiente, estimulando uma cultura de empresa atenta às exigências inerentes à imperiosa necessidade de garantir a sustentabilidade ambiental do planeta. Exemplos disso são as decisões tomadas no âmbito: (i) da promoção digital (redução do papel) e reciclagem (papel e outros materiais); (ii) de soluções de iluminação LED e com sensor; (iii) a aquisição de viatura de substituição elétrica.

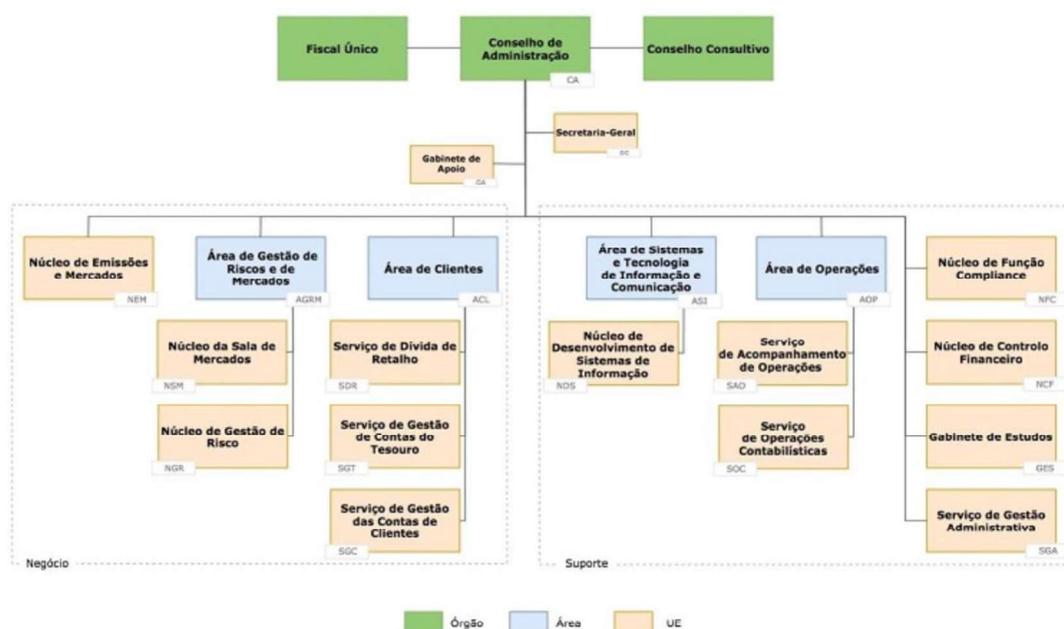
### 1.3. Modelo organizacional

#### Organograma

A organização do IGCP assenta na estrutura aconselhada pela especificidade da sua missão e num modelo próximo do adotado pelas instituições financeiras, às quais, aliás, é legalmente equiparada, nomeadamente para a atividade de tesouraria.

A sua estrutura organizativa compreende 4 Áreas, 8 Núcleos Técnicos (que incluem o Gabinete de Estudos e a Secretaria-geral), 6 Serviços e 1 Gabinete de Apoio, designados genericamente por Unidades de Estrutura, apresentadas esquematicamente na figura seguinte.

Figura 1 – Organograma do IGCP



## Órgãos sociais

São os órgãos Sociais do IGCP, o Conselho de Administração, o Conselho Consultivo e o Fiscal Único.

O Conselho de Administração é composto estatutariamente por um presidente e dois vogais. Integram o Conselho de Administração<sup>1</sup>:

- Dr.ª Cristina Maria Nunes da Veiga Casalinho – presidente
- Dr. António Abel Sancho Pontes Correia – vogal
- Dr.ª Maria Rita Gomes Granger – vogal

O Conselho Consultivo é composto pelo presidente do Conselho de Administração do IGCP - que preside, mas sem direito de voto; pelos anteriores presidentes da Agência que tenham concluído, pelo menos, um mandato; por um membro do Conselho de Administração do Banco de Portugal a indicar por este; e por quatro personalidades de reconhecida competência em matéria económica e financeira, a designar por despacho do membro do Governo responsável pela área das Finanças. Os membros do Conselho Consultivo são designados por mandatos de 3 anos renováveis por iguais períodos.

A fiscalização do IGCP cabe a um Fiscal Único, que deve ser um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas.

---

<sup>1</sup> Nomeado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2019, de 24 de janeiro, publicada no Diário da República, II série, n.º 23, de 1 de fevereiro de 2019.

## 2. Estratégia e atividades

### 2.1. Enquadramento e contexto estratégico

Os objetivos gerais do IGCP têm sido norteados pelo aumento de eficácia no cumprimento da sua missão, de modo a assegurar:

- A gestão do financiamento do Estado, procurando garantir-se estabilidade no financiamento público e eficiência na gestão da carteira de dívida pública, com a preservação de níveis de liquidez adequados;
- A minimização do custo da dívida numa perspetiva intertemporal, de acordo com as estratégias de risco definidas pelo Governo;
- A gestão da tesouraria do Estado, procurando-se preservar e promover o princípio da unidade de tesouraria e o alargamento da sua rede de cobranças;
- A redução dos saldos de tesouraria para níveis de segurança mínimos aceitáveis, em função de um desiderato de diminuição da dívida em circulação e consequentemente redução dos encargos financeiros do Estado;
- A contribuição para o desenvolvimento dos mercados financeiros;
- A gestão das carteiras de derivados financeiros das empresas públicas reclassificadas e emissão de pareceres sobre as operações de financiamento de entidades integrantes do setor público empresarial, com o objetivo de garantir uma gestão mais eficiente de recursos, reduzir os custos de intermediação e limitar a exposição a risco de crédito

Considerando as prioridades a atingir no triénio 2019-21, definidas no Plano Estratégico do IGCP, encontram-se identificados quatro objetivos estratégicos (OE):

- OE1. Melhorar a gestão da carteira de dívida e da tesouraria;
- OE2. Melhorar a previsão de tesouraria;
- OE3. Elevar a experiência do Cliente;
- OE4. Valorizar processos e recursos.

A gestão da carteira da dívida pública e da tesouraria do Estado constitui a principal atribuição do IGCP. A sua otimização, numa perspetiva intertemporal (de custo e risco), beneficia da adoção de uma carteira de referência (*benchmark*), enquanto instrumento de medição e garante de objetividade e independência, favorecendo a avaliação das decisões do IGCP.

Por sua vez, é imperativo reforçar a qualidade e tempestividade da informação sobre os fluxos futuros de entradas e saídas de tesouraria, com vista à obtenção de estimativas mais precisas das reais necessidades de financiamento, contribuindo desta forma para a otimização do cumprimento das obrigações do Estado Português e minimização do custo da dívida.

Tendo em conta a relevância dos serviços prestados aos clientes, o aumento da exigência de melhores serviços, e a rápida evolução tecnológica, importa apostar em estratégias que permitam melhorar a satisfação dos clientes, nomeadamente pela via da modernização das aplicações informáticas de suporte ao negócio e alargamento da oferta de serviços/produtos financeiros ajustados aos novos desafios.

Por fim, as transformações ocorridas nos últimos anos levantaram um conjunto de desafios que justificam uma avaliação dos processos internos, potenciando a sua automação, agilização, eficiência e

segurança. O aumento da produtividade é uma prioridade para o IGCP, devendo ser atingida através da melhoria contínua de processos, no sentido de garantir uma maior agilização e eficiência na alocação de meios, conjugada com uma adequada política de valorização dos recursos internos.

## 2.2. Projetos e atividades de 2020

O ano de 2020 foi caracterizado por um aumento das necessidades de financiamento do Estado, motivado sobretudo por um acréscimo do défice orçamental relacionado com a implementação de medidas de apoio económico e social de resposta à crise pandémica, que minimizaram, mas não evitaram um choque negativo sem precedentes na economia portuguesa.

Este contexto conduziu a um aumento significativo das emissões de dívida pública pelo IGCP em mercado, assim como ao recurso aos empréstimos do instrumento europeu SURE (Riscos de Desemprego numa Situação de Emergência). O financiamento em mercado foi maioritariamente obtido através de emissões de Obrigações do Tesouro, tendo sido executados 3 sindicatos bancários e 9 leilões, com um encaixe de 27,2 mil milhões de euros – mais 11,8 mil milhões de euros do que em 2019. Procedeu-se ainda a 2 operações de troca ao longo do ano com o objetivo de redução do risco de refinanciamento. As vantagens da centralização de fundos na Tesouraria do Estado foram também particularmente expressivas em 2020.

No final do ano de 2020, a posição de tesouraria do Estado equivalia a 17,0 mil milhões de euros, o que superou o objetivo em cerca de 7 mil milhões de euros, pelo facto de a execução orçamental ter sido melhor do que antecipado. Este resultado motivou um ajustamento na calendarização de emissões no início de 2021.

**Tabela 1 – Necessidades e fontes de financiamento do Estado**

(EUR milhões)	2018	2019	2020
<b>Necessidades brutas de financiamento</b>	<b>20,3</b>	<b>19,2</b>	<b>24,6</b>
Défice orçamental do Estado	3,7	3,9	12,2
Aquisição líquida de ativos financeiros do Estado	3,7	5,6	4,6
Amortizações de OT (excl. operação de troca)	7,5	7,7	7,7
Amortizações de empréstimos oficiais	5,5	2,0	0,0
<b>Fontes de financiamento</b>	<b>20,3</b>	<b>19,2</b>	<b>24,6</b>
Utilização de depósitos (excl. contas margem)	0,5	2,5	-10,2
Financiamento obtido no ano	19,9	16,7	34,8
<i>Empréstimos da UE</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>3,0</i>
<i>Emissões de OT e MTN (excl. operação de troca)</i>	<i>16,4</i>	<i>15,7</i>	<i>27,2</i>
<i>Emissões de OTRV</i>	<i>1,0</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>
<i>Emissões líquidas de BT (excl. títulos detidos pelo FRDP)</i>	<i>-1,8</i>	<i>-1,4</i>	<i>-0,5</i>
<i>Emissões líquidas de CA/CTPM</i>	<i>1,3</i>	<i>0,8</i>	<i>0,7</i>
<i>Outros</i>	<i>2,9</i>	<i>1,6</i>	<i>4,4</i>
<b>Saldo total de depósitos no final do ano</b>	<b>9,3</b>	<b>6,8</b>	<b>17,0</b>

Fonte: IGCP

A monitorização da execução dos projetos e dos respetivos *key-performance indicators* (KPI) e indicadores de apoio, assegurada através de reuniões de avaliação trimestrais e de uma ferramenta de monitorização interna, tem sido essencial para avaliar a eficácia e adequação das estratégias implementadas à realidade atual e às necessidades/desafios da organização.

Apesar da alteração significativa de contexto a partir de março de 2020 em resultado da crise pandémica e da consequente necessidade de reorganização dos métodos de trabalho, em particular com a necessidade de recurso ao teletrabalho, o grau de execução dos projetos definidos para 2020 foi elevado, conforme ilustrado pelos gráficos em baixo apresentados.

**Gráfico 1 – Grau de execução de projetos em 2020 por OE (execução face ao previsto para o ano)**



Fonte: IGCP

Em 2020, apesar do elevado grau de execução dos projetos propostos para o ano, refere-se o atraso:

- Na adoção do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) no âmbito da gestão da dívida pública, que foi interrompido pelo facto da Unileo ter suspenso, no primeiro trimestre do ano, as atividades deste grupo de trabalho que o IGCP integrava (a adoção do SNC-AP na contabilização das operações da dívida está sujeita a uma articulação com as outras entidades que atuam em nome do Estado Português, função que era assegurada pela Unileo, pelo que a sua suspensão do grupo de trabalho conduziu à interrupção deste projeto);
- No projeto dedicado à construção de um modelo para elaboração de previsões a curto e médio prazo dos fluxos da tesouraria central do Estado. Este projeto, embora tenha sido iniciado no ano de 2020 com a realização de um diagnóstico das oportunidades de melhoria face ao modelo atual, foi prolongado para 2021 pelo facto de ter sido identificada a necessidade de inventariação da informação disponível, interna e externamente, e de identificação de métodos de recolha e tratamento de dados, com vista à sua automatização. A definição e

criação de processos de recolha e tratamento de fluxos de dados de tesouraria implicaram o adiamento da aquisição de um programa informático de gestão de tesouraria e o reajustamento dos KPI inicialmente definidos;

- c) Na implementação de um *backoffice* para o novo sistema de *Internet Banking+* do IGCP. Este projeto foi adiado para 2022 devido à sobreposição com a imprescindível evolução tecnológica dos principais sistemas de informação do IGCP, nomeadamente os Sistemas de Compensação Bancária, o Sistema de Produtos de Aforro (SPA), o Sistema de Gestão de Contas Correntes (SGT), o Sistema de Cobranças do Estado (SCE) e também da evolução tecnológica e funcional do sistema Target2, neste caso face a impositiva normativa.

As atividades desenvolvidas no último ano permitiram dar continuidade à implementação do Plano Estratégico, procurando-se dar cumprimento aos objetivos estratégicos aí definidos. Os principais projetos desenvolvidos e os seus resultados encontram-se resumidos de seguida.

### **Adaptação do IGCP à nova realidade de teletrabalho**

No contexto das alterações tornadas necessárias pela pandemia e do objetivo estratégico de otimização de processos internos e aumento da eficiência, foi necessário preparar e adaptar o IGCP à nova realidade de teletrabalho.

A abertura de canais de comunicação com os colaboradores em teletrabalho acarreta consigo potenciais desafios em termos de cibersegurança. Neste sentido, o IGCP instalou uma nova solução de segurança totalmente integrada e que permite a prevenção de ameaças às redes corporativas.

Esta solução redefiniu ainda a forma de ligação ao IGCP dos colaboradores em teletrabalho, com acesso remoto aos sistemas de informação, otimizando a utilização dos equipamentos disponibilizados. O teletrabalho, imposto pela necessidade de adaptação à nova realidade, obrigou a um esforço acrescido com o reforço dos sistemas de tecnologia de informação e comunicação.

### **Implementação de um modelo de referência para a gestão da dívida**

Em 2019 foi iniciado um projeto piloto dedicado à implementação de uma Carteira de Referência, enquadrado no OE1 do Plano Estratégico 2019-20, que tem como objetivo definir uma orientação para a gestão ativa da dívida pública e assumindo como principal objetivo a minimização do custo, ajustado pelo risco, da dívida numa perspetiva de longo prazo<sup>2</sup>. Este modelo foi desenvolvido ao longo de 2020, encontrando-se atualmente implementado, apesar de estar pendente a aprovação formal pela tutela (quer da versão original quer da atualização promovida em 2020, e permite construir uma base de referência para a gestão estratégica da dívida pública.

---

<sup>2</sup> A Carteira de Referência tem por base emissões de Obrigações do Tesouro (OT) executadas segundo uma Estratégia de Financiamento de Referência (EFR). Esta estratégia, por sua vez, foi definida a partir de simulações de variáveis macroeconómicas (PIB e saldo orçamental primário) e financeiras (taxas de juro) efetuadas para um horizonte temporal de longo prazo. As simulações efetuadas resultaram na identificação de uma fronteira de alternativas de financiamento eficientes, tendo posteriormente sido selecionada a EFR que corresponde a 50% das emissões de OT (em valor nominal) pelo prazo de 10 anos, 40% das emissões de OT pelo prazo de 5 anos e os restantes 10% pelo prazo de 15 anos.

Tendo por base o modelo de referência desenvolvido, assistiu-se a um aumento da duração da Carteira de Dívida Direta do Estado face à Carteira de Referência ao longo do ano, aproveitando um contexto caracterizado por taxas de juro historicamente reduzidas e procura elevada por títulos com maturidade mais alargada.

Conforme ilustrado pelo quadro 1 infra, a duração modificada da Carteira de Dívida Direta do Estado no final de 2020 encontrava-se superior em 0,5 anos à duração da Carteira de Referência, tendo como contrapartida um aumento relativo do custo de apenas 0,4 pontos percentuais. Os resultados apresentados permitem concluir que as decisões de gestão ativa do IGCP contribuíram para uma redução do custo da dívida direta do Estado, por unidade de risco, face ao que seria esperado pela Carteira de Referência.

#### Quadro 1 – Indicadores de risco e custo a 31 de dezembro de 2020

	Carteira de Dívida Direta do Estado	Carteira de Referência
Maturidade média (anos)	7,0	6,5
Duração modificada <sup>(1)</sup>	5,4	4,9
Percentagem de refinanciamento:		
a 1 ano	14,9%	17,6%
a 3 anos	30,4%	33,1%
a 5 anos	44,1%	51,1%
Custo acumulado desde 31-12-2018 <sup>(2)</sup>	9,8%	9,4%
Custo acumulado / duração modificada	1,8%	1,9%

<sup>(1)</sup> A duração modificada mede a sensibilidade do valor de mercado da carteira à variação das taxas de mercado.

<sup>(2)</sup> O custo representa a taxa interna de rentabilidade (não anualizada), sendo medido pela variação percentual do valor de mercado de cada carteira entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2020, deduzido dos *cash-flows* que ocorreram no período. Uma redução das taxas de juro de mercado representa, *ceteris paribus*, um aumento do custo e vice-versa.

Fonte: IGCP

No final de 2020 foi iniciado um processo de avaliação interno do custo e risco de várias estratégias, tendo sido proposta à Tutela uma nova EFR para 2021, adaptada às condições de mercado atuais.

#### Construção conceptual de uma referência para a gestão dos excedentes de tesouraria

Tendo como enquadramento o OE 1, foi em 2020 definido um modelo de referência para nortear as decisões estratégicas no âmbito de uma gestão eficiente dos excedentes de tesouraria do Estado. O princípio de otimização ou minimização do custo da manutenção dos saldos das disponibilidades da tesouraria foi ponderado com base na utilização de adequadas técnicas de gestão financeira que garantam a preservação do capital e níveis de liquidez e de risco de crédito adequados.

Neste sentido, adotou-se como referência o custo de aplicações junto do Banco de Portugal, o que permitirá constituir uma base de comparação para alternativas de aplicação dos excedentes de tesouraria e aferir o seu custo numa base ajustada pelo risco, promovendo uma gestão mais rigorosa.

Este projeto será concluído em 2021 com a revisão das *guidelines* de gestão dos excedentes de tesouraria do Estado, procurando-se que o IGCP esteja capacitado para tirar partido de oportunidades de mercado e reduzir o custo desses saldos.

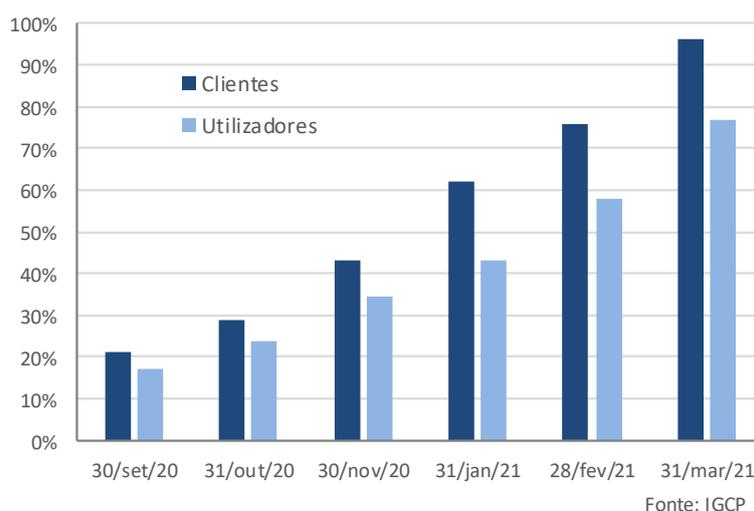
### Nova plataforma de *Internet Banking + (IB+)*

Em 2020 foi finalizado o desenvolvimento tecnológico da nova plataforma *online* de prestação de serviços bancários e foi iniciada a sua disponibilização aos serviços e entidades públicas de forma faseada. O novo sistema de *Internet Banking +*, que substituiu o sistema *Homebanking*, entrou em produção em 7 de setembro de 2020 e tem como principal finalidade melhorar a satisfação dos clientes institucionais do IGCP, nomeadamente por via da modernização da aplicação e do alargamento de serviços e produtos oferecidos, e está por esta via integrado no OE 3 do Plano Estratégico

A implementação do IB+ junto dos clientes foi suportada por um Plano de Comunicação, com o apoio de uma agência especializada contratada pelo IGCP. Este plano privilegiou dois canais de comunicação - vídeos tutoriais (11) e *newsletters* (6) - e foi dirigido ao público-alvo do IB+: dirigentes e utilizadores dos organismos.

A migração dos clientes e utilizadores do HB para o IB+ foi iniciada em setembro de 2020 e tem ocorrido de forma faseada. No final de março de 2021, já se encontravam migrados para o IB+ mais de 95% do total de clientes e mais de 75% do total de utilizadores, perspetivando-se que a conclusão deste processo fique concluída no primeiro semestre de 2021.

**Figura 2 – Percentagem de clientes e utilizadores migrados para o HB+**



### Otimização do funcionamento interno e agilização dos processos de suporte aos produtos aforro

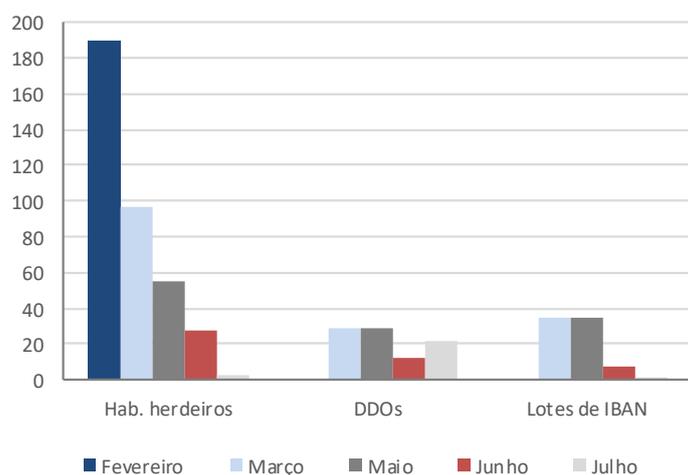
Em 2020 foi efetuada uma consulta prévia a o mercado para a celebração de um contrato de aquisição da prestação de serviços de “Otimização do funcionamento interno e agilização dos processos de suporte aos produtos aforro”, que veio a ser celebrado com o *Kaizen Institute Portugal*.

Este projeto, que ficou concluído em julho de 2020 e que se focou nas atividades desenvolvidas no âmbito da Área de Clientes e do Serviço de Dívida de Retalho, permitiu essencialmente redesenhar os processos afetos aos produtos aforro, definir métodos de monitorização da performance efetiva na execução de cada processo/atividade subjacente e quantificar indicadores objetivos de desempenho pré e pós-otimização.

Neste contexto, foi possível reformular e otimizar processos e tarefas, com resultados na diminuição do tempo de resposta aos pedidos dos clientes aforristas, contribuindo para o OE de valorização de processos e recursos. Destacam-se em particular os seguintes progressos:

- A automatização dos pedidos de alteração de IBAN veio permitir uma redução de tempo de execução, de 1 semana para 1-2 dias úteis;
- Redução de aproximadamente 30 dias de trabalho manual para apenas 4 horas, na atualização anual da base de dados de aforristas do IGCP com informação proveniente do Instituto dos Registos e do Notariado (IRN);
- A reformulação de procedimentos para a emissão de Declarações à Data de Óbito (DDO) permitiu uma redução do tempo médio de execução de 1 mês para cerca 2-3 semanas;
- O tempo médio de execução de processos de habilitação de herdeiros sofreu também uma redução, de cerca de 6 meses para cerca de 45 dias.

**Figura 3 – Dias de atraso de pedidos por iniciar**



Fonte: IGCP

### **Atualização e otimização da infraestrutura de suporte ao sistema *WallStreet Suite***

O *WallStreet Suite* (WSS) é um sistema crítico para a missão do IGCP usado desde 1999 como suporte às atividades do *front, middle e back offices*, contabilidade e *reporting*. A versão utilizada pelo IGCP tem-se mantido inalterada desde junho de 2012, embora desde essa data tenham sido disponibilizadas no mercado novas *releases* com os desenvolvimentos, melhorias de funcionalidades existentes e correções de deficiências detetadas.

A atualização do WSS para uma nova versão permitirá, por um lado, que sejam introduzidos na versão utilizada pelo IGCP os *upgrades* desenvolvidos desde 2012, permitindo acompanhar os desenvolvimentos feitos na aplicação nos últimos anos e contribuindo para uma melhoria da eficiência na sua utilização. Por outro lado, a atualização do WSS permite ao IGCP continuar a dispor da assistência ao sistema operativo (*Windows*) e da base de dados (*MSSQL*).

### 2.3. Atividades para 2021

O foco estratégico do IGCP em 2021 incidirá sobre a atualização tecnológica dos seus principais sistemas de informação, orientando-se a atividade para reduzir o risco de obsolescência e evitar que os serviços necessários para assegurar as funções críticas fiquem comprometidos. Será também atribuída atenção estratégica à promoção da eficiência interna, tendo-se como objetivo último a melhoria do serviço prestado aos clientes e o aumento da satisfação das partes interessadas.

Em 2021 serão desenvolvidos vários projetos de cariz estratégico enquadrados no Plano Estratégico 2019-21, os quais acolherão os novos recursos ou os recursos disponíveis não afetos à atividade corrente. Neste contexto, foram definidas as seguintes prioridades estratégicas:

- *Upgrade* tecnológico de sistemas informáticos;
- Desmaterialização documental (*paperless*);
- Atualização da base contratual subjacente à contratação de instrumentos financeiros derivados;
- Implementação do *standard* de comunicação ISO 20022 para pagamentos transfronteiriços (*SWIFT*);
- Evolução para os novos serviços *Real-Time Gross Settlement*;
- Entrada em produção de uma plataforma de verificação do estado Pessoa Exposta Politicamente dos clientes de retalho.

#### **Upgrade tecnológico de sistemas informáticos**

Um conjunto de sistemas do IGCP necessitam urgentemente de ser submetidos a um processo generalizado de evolução tecnológica de forma a assegurar a continuidade da prestação de serviços críticos. Estes *upgrades* consistirão na evolução dos principais sistemas de informação do IGCP: Sistema de Produtos de Aforro e AforroNet (SPA); Sistema de Gestão de contas do Tesouro (SGT); Sistema de Cobranças do Estado (SCE); Sistemas de compensação SEPA, não SEPA e Multibanco; e *Target 2*.

As intervenções planeadas irão incidir sobre a evolução das ferramentas que serviram de base à implementação dos sistemas, quer ao nível das bases de dados, quer ao nível das ferramentas de desenvolvimento propriamente ditas, não se registando alterações ao nível funcional.

A evolução tecnológica dos sistemas é essencial para evitar uma disrupção da atividade e dos serviços prestados aos clientes, não existindo atualmente hipótese de recurso a assistência pelos fornecedores uma vez que estas já foram descontinuadas. Esta será uma das prioridades estratégicas do IGCP para 2021 e 2022, revelando-se essencial para assegurar a prestação de serviços de elevada qualidade.

#### **Desmaterialização documental (*paperless*)**

A implementação de um sistema informático de gestão documental no IGCP é essencial para otimizar processos e aumentar a eficiência da Agência, de forma a permitir que sejam introduzidas novas abordagens de produção, de organização e de recuperação da informação, traduzindo-se por fim na desmaterialização de processos (*paperless*) através da digitalização e/ou produção de documentos nado-digitais.

A desmaterialização requer:

- A existência de sistema documental centralizado dos conteúdos/informação;
- O desenho de um *workflow* que permita uma otimização dos circuitos documentais, com o objetivo de agilizar e controlar todo o processo de gestão da informação;
- Que a documentação seja suportada por uma assinatura digital, que mostra o valor fidedigno do documento, ficando assim defendidos os princípios de rastreabilidade, integridade, segurança e sustentabilidade dos documentos da organização, salvaguardando a sua autenticidade, legibilidade e fidedignidade.

A implementação de sistema *paperless* está alinhado com o OE 4 do IGCP, nomeadamente no que se refere ao aumento da eficiência e à diminuição de custos. A concretização deste projeto está dependente de uma candidatura a financiamento comunitário.

### **Atualização da base contratual subjacente à contratação de instrumentos financeiros derivados**

As transações de instrumentos financeiros derivados da República Portuguesa têm como suporte contratual o 1992 ISDA *Master Agreement* (ISDA MA) e o 1995 ISDA *Credit Support Annex (Transfer – English Law)*, para efeitos da respetiva prestação de colateral. Estes documentos, publicados pela *International Swaps and Derivatives Association* (ISDA), foram adotados pelos operadores de mercado e são standard para este tipo de operações *Over-The-Counter* (OTC), sendo considerados como a documentação que maior segurança jurídica/operacional confere às contrapartes.

A opção do IGCP pela versão do ISDA MA 1992 prendeu-se com o momento em que a República Portuguesa começou a transacionar derivados (com este tipo de documentação), tendo-se posteriormente entendido que tal versão deveria ser adotada como *standard* com as várias contrapartes. Mais tarde, o ISDA MA versão de 2002 veio rever alguns aspetos da versão anterior, fruto das dificuldades sentidas no mercado no final dos anos 90, tendo-se imposto nos anos subsequentes entre os operadores de mercado. Face aos desenvolvimentos, sobretudo legais e regulatórios, dos últimos anos, considera-se oportuno proceder à revisão da documentação ISDA utilizada pela República Portuguesa, tornando-a mais atualizada e conforme à realidade atual.

A par da opção pelo ISDA MA versão de 2002, serão também negociadas alterações ao *Paragraph 11* do 1995 ISDA *Credit Support Annex*, designadamente com o objetivo de permitir que a República Portuguesa passe a entregar, por defeito, *cash* como colateral (em detrimento de títulos de dívida pública, como tem vindo a ser efetuado pelo IGCP). Esta alteração permitirá alcançar uma redução nos custos das transações sobre instrumentos financeiros derivados executadas pela República, contribuindo para melhorar a eficiência na gestão da dívida pública.

O processo de atualização/revisão da documentação está projetado ocorrer durante o ano de 2021, por meio de negociação bilateral, com as contrapartes de instrumentos financeiros derivados da República Portuguesa.

### **Implementação do *standard* de comunicação ISO 2022**

A rede internacional de pagamentos *SWIFT* determinou a adoção do novo *standard* de comunicação ISO 2022 para as mensagens financeiras para toda a comunidade bancária, com início de entrada em produção em novembro de 2022 e término em novembro de 2025. A posicionar-se para ser globalmente adotado, nomeadamente pelas principais reservas mundiais, o *standard* ISO 2022,

baseado em XML, é uma linguagem com um contexto mais rico e estruturado, utilizado em mensagens de pagamentos, relatórios e nos esquemas de pagamentos domésticos.

- Apesar de o standard utilizado atualmente ser apenas descontinuado em novembro de 2025, existem vantagens para instituições financeiras com grandes volumes de negócio, como é o caso do IGCP, na adoção antecipada do formato ISO 20022. Este projeto será iniciado no IGCP em 2021, compreendendo as seguintes etapas. Definição da abordagem e análise dos impactos nos sistemas internos;
- Escolha da solução, com determinação das especificações e respetivo envolvimento;
- Testes internos e integrados com a comunidade.

Com efeito, as mensagens ISO 20020 permitem uma deteção precoce de eventos adversos, como falsos positivos, e evitar falhas no processamento integrado dos pagamentos (*straight through process*), assegurando a transmissão de mais informação, com menores custos de comunicação e armazenamento.

Com a implementação deste novo *standard* que se enquadra no OE 4, é possível responder às exigências do mercado com maior transparência, *trackability* e consequentemente melhorar o nível de serviço prestado aos clientes.

#### **Evolução para os novos serviços *Real-Time Gross Settlement (RTGS)***

A evolução dos serviços RTGS, cuja entrada em produção foi adiada pelo Eurosistema para novembro de 2022, surge como uma harmonização e consolidação em termos técnicos e funcionais da *Single Shared Platform (SSP)* do TARGET2 com a plataforma do TARGET2-*Securities (T2S)* e como uma evolução dos serviços de liquidação em tempo real.

As principais alterações são: i) na infraestrutura técnica; ii) na utilização das mensagens segundo o novo *standard ISO 20022*; iii) na nova estrutura de contas; e iv) na extensão do período de liquidação de operações, que passa a ter um ciclo noturno para os sistemas periféricos e um mais alargado para a liquidação de pagamentos em tempo real.

- A evolução para o novo RTGS pelo IGCP, que será iniciada em 2021, requer um planeamento antecipado e compreenderá as seguintes tarefas: Análise dos impactos técnicos e de negócio;
- Definição dos requisitos de negócio e especificações funcionais;
- Desenvolvimento do *software*;
- Execução de testes nas aplicações internas;
- Testes de conectividade;
- Testes de utilizador (*user testing*) incluindo testes de certificação e testes de comunidade;
- Execução de testes de conectividade em ambiente de produção;
- Realização das atividades de pré-migração antes da entrada em produção (*em big bang*).

A nova plataforma permitirá ganhos significativos para a modernização dos sistemas de pagamentos internos, com a adoção de soluções mais eficientes, a custos reduzidos. A comunicação suportada em mensagens ISO 20022 assegura a transmissão de mais informação, com mais transparência, mais segurança e com custos de comunicação e armazenamento menores. Permitirá ainda reduzir as dificuldades de acesso que atualmente são sentidas, decorrentes das diferentes definições de

segurança associadas aos vários serviços de liquidação e assegurar ainda um ganho de tempo na gestão dos acessos.

Com a análise introspetiva da gestão de tesouraria e do serviço de operações de liquidação que esta evolução requer, serão criadas condições para a adoção de novos sistemas e ferramentas, assim como de métodos mais adequados de organização das tarefas de modo a assegurar uma monitorização e controlo de liquidez mais eficiente.

### **Entrada em produção de uma plataforma de verificação do estado Pessoa Exposta Politicamente (PEP) dos clientes de retalho**

A Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, na sua atual versão, estabelece medidas de prevenção e combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo (BCFT). O IGCP, por se tratar de uma instituição que presta serviços financeiros ao público, está obrigado a cumprir procedimentos de identificação e diligência relativamente aos seus clientes, e aos representantes destes, que devem ser reforçados no caso de reves tirem a qualidade de PEP<sup>3</sup>.

Neste contexto, o IGCP adquiriu, no final de 2020, um sistema que permitirá aferir a qualidade de PEP dos seus clientes de retalho, estando prevista para o início de 2021 a sua fase de parametrização e instalação. Tendo em consideração o elevado número de clientes (no final de 2020, existiam cerca de 657 mil contas-aforro com subscrições vivas), será dada prioridade à identificação dos novos clientes.

O sistema de identificação de PEP utiliza informação pessoal dos clientes, tendo por essa razão sido adotado um conjunto de medidas de segurança que concorrem para o respeito integral do Regime Geral de Proteção de Dados Pessoais.

---

<sup>3</sup> Estas medidas reforçadas aplicam-se igualmente aos membros próximos da família dos PEP, a pessoas reconhecidas como estreitamente associadas a PEP, e a titulares de outros cargos políticos ou públicos (cargos enumerados no n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 4/83, de 2 de abril). Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 83/2017, revestem a qualidade de PEP as pessoas singulares que - em qualquer país ou jurisdição - desempenhem, ou tenham desempenhado nos últimos doze meses, funções públicas proeminentes de nível superior.

### 3. Gestão económica e financeira

#### 3.1. Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras evidenciam os dados de 2019 a 2023. Os dados de 2019 e 2020 são efetivos e a informação referente a período entre 2021 a 2023 é previsional.

Figura 4 - Balanço

(EUR)	2019 (executado)	2020 (previsto PAO 2020)	2020 (executado)	2021 (previsão)	2022 (previsão)	2023 (previsão)
<b>ATIVO</b>						
<b>Ativo não corrente</b>						
Ativos fixos tangíveis	479.229	323.586	466.048	126.820	41.784	59.872
Propriedades de investimento						
Ativos intangíveis	423.736	361.599	1.342.413	783.740	928.403	849.760
Ativos biológicos						
Participações financeiras						
Deved por emprést bonificados e sub reembols						
Acionistas/sócios/associados						
Diferimentos						
Outros ativos financeiros						
Ativos por impostos diferidos						
	902.965	685.185	1.808.461	910.560	970.186	909.633
<b>Ativo corrente</b>						
Inventários						
Ativos biológicos						
Deved por transferências e sub não reembolsáveis						
Deved por empréstimos bonif e sub reembolsáveis						
Clientes, contribuintes e utentes	35					
Estado e outros entes públicos	96.775		88.959			
Acionistas/sócios/associados						
Outras contas a receber	476.256		578.730	10.552.571	3.306.440	378.569
Diferimentos	384.611	10.807.061	340.008			
Ativos financeiros detidos para negociação						
Outros ativos financeiros						
Ativos não correntes detidos para venda						
Caixa e depósitos	28.094.703	33.206.021	29.692.408	37.619.852	54.980.658	88.919.011
	29.052.380	44.013.082	30.700.106	48.172.423	58.287.098	89.297.580
<b>Total do ativo</b>	<b>29.955.345</b>	<b>44.698.267</b>	<b>32.508.566</b>	<b>49.082.983</b>	<b>59.257.285</b>	<b>90.207.213</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>						
Património/Capital	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000
Ações (quotas) próprias						
Outros instrumentos de capital próprio						
Prémios de emissão						
Reservas	81.948	81.948	81.948	81.948	81.948	81.948
Resultados transitados	24.881.815	28.061.975	27.471.539	29.712.843	31.954.148	49.172.252
Ajustamentos em ativos financeiros	1.269	1.269	1.269	1.269	1.269	1.269
Excedentes de revalorização						
Outras variações no património líquido						
Resultado líquido do período	2.589.724	14.054.892	2.241.305	15.984.474	17.218.103	16.871.293
Dividendos antecipados						
Interesses que não controlam						
<b>Total do património líquido</b>	<b>27.604.755</b>	<b>42.250.084</b>	<b>29.846.060</b>	<b>45.830.534</b>	<b>49.305.468</b>	<b>66.176.762</b>
<b>PASSIVO</b>						
<b>Passivo não corrente</b>						
Provisões						
Financiamentos obtidos						
Fornecedores de investimentos						
Responsabilidades por benefícios pós-emprego						
Diferimentos						
Passivos por impostos diferidos						
Outras contas a pagar						
<b>Passivo corrente</b>						
Cred por transf e sub não reemb concedidos						
Fornecedores						
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes						
Estado e outros entes públicos	124.968		164.993			
Acionistas/sócios/associados						
Financiamentos obtidos						
Fornecedores de investimentos						
Outras contas a pagar	2.225.622	2.448.184	2.497.513	3.252.449	9.951.817	24.030.451
Diferimentos						
Passivos financeiros detidos para negociação						
Outros passivos financeiros						
	2.350.590	2.448.184	2.662.506	3.252.449	9.951.817	24.030.451
<b>Total do passivo</b>	<b>2.350.590</b>	<b>2.448.184</b>	<b>2.662.506</b>	<b>3.252.449</b>	<b>9.951.817</b>	<b>24.030.451</b>
<b>Total do património líquido e do passivo</b>	<b>29.955.345</b>	<b>44.698.268</b>	<b>32.508.566</b>	<b>49.082.983</b>	<b>59.257.285</b>	<b>90.207.213</b>

Figura 5 – Demonstração de resultados por naturezas

(EUR)	2019	2020		2021	2022	2023
	(executado)	(previsto PAO 2020)	(executado)	(previsão)	(previsão)	(previsão)
<b>Rendimentos e Gastos</b>						
Impostos, contribuições e taxas						
Vendas						
Prestações de serviços e concessões	16.239.157	25.154.000	16.954.878	27.182.800	28.076.000	28.806.000
Transferências e subsídios Correntes obtidos	24.203.188	26.500.000	23.919.083	26.791.500	27.500.000	27.500.000
Variáveis nos inventário da produção						
Trabalhos para a própria entidade						
Custo das mercadorias vendidas e consumidas						
Fornecimentos e serviços externos	-32.817.454	-31.800.327	-33.556.234	-32.366.317	-32.389.191	-33.120.680
Gastos com pessoal	-4.798.104	-5.018.366	-4.798.393	-5.003.315	-5.028.332	-5.053.473
Transferências e subsídios concedidos						
Prestações sociais						
Impariedade de inventários (perdas e reversões)						
Impariedade de dívidas a receber (perdas e reversões)						
Provisões (aumentos e reduções)						
Impariedade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)						
Aumentos/reduções de justo valor						
Outros rendimentos e ganhos			14.736			
Outros gastos e perdas	-2.370		-1.081			
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamentos</b>	<b>2.824.416</b>	<b>14.835.307</b>	<b>2.532.989</b>	<b>16.604.668</b>	<b>18.158.477</b>	<b>18.131.847</b>
Gastos de depreciação e amortização	-234.692	-780.415	-291.684	-620.194	-940.374	-1.260.554
Impariedade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)						
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>2.589.724</b>	<b>14.054.892</b>	<b>2.241.305</b>	<b>15.984.474</b>	<b>17.218.103</b>	<b>16.871.293</b>
Juros e rendimentos similares obtidos						
juros e gastos similares suportados						
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>2.589.724</b>	<b>14.054.892</b>	<b>2.241.305</b>	<b>15.984.474</b>	<b>17.218.103</b>	<b>16.871.293</b>
Imposto sobre o rendimento						
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>2.589.724</b>	<b>14.054.892</b>	<b>2.241.305</b>	<b>15.984.474</b>	<b>17.218.103</b>	<b>16.871.293</b>

Figura 6 – Fluxos de caixa por naturezas

(EUR)	2019 (executado)	2020 (previsto PAO 2020)	2020 (executado)	2021 (previsão)	2022 (previsão)	2023 (previsão)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>						
Recebimentos de clientes	7.748.338		8.567.573			
Recebimentos de contribuintes						
Recebimentos de utentes						
Pagamentos a fornecedores	-33.945.431	-31.800.327	-34.310.054	-32.366.317	-32.389.191	-33.120.680
Pagamentos ao pessoal	-2.407.519	-5.018.366	-2.316.422	-5.003.315	-5.028.332	-5.053.473
Caixa gerada pelas operações	-28.604.612	-36.818.693	-28.058.902	-37.369.632	-37.417.523	-38.174.153
Outros recebimentos/pagamentos	31.397.930	42.930.010	30.867.415	46.297.076	55.778.329	73.112.506
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	2.793.319	6.111.317	2.808.513	8.927.444	18.360.806	34.938.353
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>						
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>						
Activos fixos tangíveis	-275.425	-50.000	-146.733	-110.000	-110.000	-150.000
Activos intangíveis	-335.048	-950.000	-1.064.075	-890.000	-890.000	-850.000
Propriedades de investimento						
Investimentos financeiros						
Outros activos						
<b>Recebimentos provenientes de:</b>						
Activos fixos tangíveis						
Activos intangíveis						
Propriedades de investimento						
Investimentos financeiros						
Outros activos						
Subsídios ao investimento						
Transferências de capital						
Juros e rendimentos similares						
Dividendos						
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	-610.473	-1.000.000	-1.210.808	-1.000.000	-1.000.000	-1.000.000
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>						
<b>Recebimentos provenientes de:</b>						
Financiamentos obtidos						
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital						
Cobertura de prejuízos						
Doações						
Outras operações de financiamento						
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>						
Financiamentos obtidos						
Juros e gastos similares						
Dividendos						
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital						
Outras operações de financiamento						
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)						
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)</b>	<b>2.182.846</b>	<b>5.111.318</b>	<b>1.597.705</b>	<b>7.927.444</b>	<b>17.360.806</b>	<b>33.938.353</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>						
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>0</b>	<b>28.094.703</b>	<b>28.094.703</b>	<b>29.692.408</b>	<b>37.619.852</b>	<b>54.980.658</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>2.182.846</b>	<b>33.206.021</b>	<b>29.692.408</b>	<b>37.619.852</b>	<b>54.980.658</b>	<b>88.919.011</b>
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA</b>						
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>0</b>	<b>28.094.703</b>	<b>28.094.703</b>			
- Equivalentes a caixa no início do período						
- Variações cambiais de caixa no início do período						
= Saldo da gerência anterior	<b>0</b>	<b>28.094.703</b>	<b>28.094.703</b>	<b>29.692.408</b>	<b>37.619.852</b>	<b>54.980.658</b>
De execução orçamental	<b>0</b>	<b>28.066.510</b>	<b>28.066.510</b>	<b>29.616.374</b>		
De operações de tesouraria	<b>0</b>	<b>28.193</b>	<b>28.193</b>	<b>76.034</b>		
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>28.094.703</b>	<b>33.206.021</b>	<b>29.692.408</b>	<b>37.619.852</b>	<b>54.980.658</b>	<b>88.919.011</b>
- Equivalentes a caixa no fim do período						
- Variações cambiais de caixa no fim do período						
= Saldo para a gerência seguinte	<b>28.094.703</b>	<b>33.206.021</b>	<b>29.692.408</b>	<b>37.619.852</b>	<b>54.980.658</b>	<b>88.919.011</b>
De execução orçamental	<b>28.066.510</b>		<b>29.616.374</b>			
De operações de tesouraria	<b>28.193</b>		<b>76.034</b>			

Figura 7 – Prazo médio de pagamentos (\*)

(dias)	2019 (real)	2020 (real)	2021 (previsão)
1 Trimestre	16	77	138
2 Trimestre	8	8	16
3 Trimestre	4	6	4
4 Trimestre	0	0	0

\*inclui faturas de Documentos Únicos de Cobrança.

As demonstrações refletem a realidade atual. Não existem dívidas a fornecedores, estando a totalidade das faturas pagas até à data do seu vencimento. Os resultados líquidos transitam para o exercício seguinte como resultados transitados.

As contas de 2019 encontram-se aprovadas e certificadas pelo Fiscal Único e foram submetidas ao Tribunal de Contas via Prestação Eletrónica de Contas. Os seus valores foram incluídos na Conta Geral do Estado de 2019. O resultado dessas contas encontra-se incluído no Relatório e Contas desse ano que foi remetido à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças. As contas de 2020 aguardam certificação pelo Fiscal Único, tendo sido submetidas ao Tribunal de Contas via Prestação Eletrónica de Contas. Para a prestação de contas é utilizado o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

### 3.2. Gastos operacionais

2021 continua a ser um ano marcado pela pandemia, prevendo-se um ligeiro acréscimo dos custos com pessoal e com as despesas de comunicação. Por sua vez, prevê-se que as ajudas de custos e despesas com deslocações/estadias se mantenham ao nível de 2020 uma vez que as reuniões continuam a ser realizadas essencialmente à distância. Adicionalmente, prevê-se que as despesas relativas aos estudos, projetos e pareceres sejam um pouco superiores a 2020.

Figura 8 – Evolução de custos com pessoal e FSE

(EUR)	2021 (previsão)	2020 (real)	2019 (real)	2018 (real)	2017 (real)	2012 (real)	Variação 2020/2012		Variação 2021/2019		Variação 2021/2020	
							valor	%	valor	%	valor	%
Gastos com o pessoal s/ Indeminizações												
Custos com Pessoal	5.003.315	4.798.393	4.798.104	4.794.368	4.817.512	4.310.762	487.631	11,31%	205.211	4,28%	204.922	4,27%
Ajudas de Custo	1.200	1.207	11.709	14.236	15.786	17.605	-16.398	-93,14%	-10.509	-89,75%	-7	-0,61%
CMVMC												
FSE												
Deslocações/Estadas	7.500	7.506	54.726	90.236	99.209	56.304	-48.798	-86,67%	-47.226	-86,30%	-6	-0,09%
Despesas com Comunicações	69.903	59.705	55.441	55.650	62.921	89.957	-30.252	-33,63%	14.462	26,09%	10.198	17,08%
Estudos Pareceres e Projetos Cons	5.587	55	3.594	2.302	4.238	7.269	-7.214	-99,24%	1.993	55,45%	5.532	9993,95%
Restantes FSE	5.490.627	3.959.189	4.325.480	3.555.782	3.164.749	5.340.815	-1.381.626	-25,87%	1.165.147	26,94%	1.531.438	38,68%
<b>Total</b>	<b>10.576.932</b>	<b>8.824.849</b>	<b>9.237.345</b>	<b>8.498.339</b>	<b>8.148.629</b>	<b>9.805.107</b>	<b>-980.258</b>	<b>-10,00%</b>	<b>1.339.587</b>	<b>14,50%</b>	<b>1.752.083</b>	<b>19,85%</b>
Nº de trabalhadores	95	92	94	95	93	106	-14	-13,21%	1	1,06%	3	3,26%

### Frota automóvel

Em 2020 os gastos com a manutenção/reparação da frota automóvel aumentaram substancialmente relativamente a 2019. O envelhecimento da frota automóvel (70% da frota automóvel tem mais de 15 anos) faz prever que em 2021 essa subida se mantenha. Por outro lado, estima-se que o consumo de combustível e os gastos associados a portagens diminuam relativamente a 2020, resultado da conjuntura atual de dinamização do teletrabalho.

Em 2021, mantém-se a pretensão de substituir 3 dos veículos afetos ao Conselho de Administração por 3 novas viaturas. Para o efeito contribui o facto de:

- Terminar o contrato de Aluguer Operacional de Veículos (AOV) de 1 das viaturas, ainda em 2021 após terem sido efetuadas as renegociações máximas do número de prestações (atualmente 138);
- As restantes 2 viaturas afetos ao Conselho terem sido adquiridas em 2001 e a sua substituição ter sido autorizada no PAO de 2017.

Consideram-se gastos com a frota automóvel as despesas afetas à conservação e reparação das viaturas, o pagamento dos contratos de aluguer operacional de viaturas, os custos com combustíveis e vias verdes.

**Figura 9 – Frota automóvel**

(EUR)	2021 (previsão)***	2020 (real)***	2019 (real)***	2018 (real)***	2017 (real)**	Variação 2021/2019		Variação 2021/2020	
						Valor	%	Valor	%
<b>Gastos com a Frota Automóvel</b>									
Contratos de AOV	16.582	16.582	15.641	11.209	12.139	941	6%	0	0%
Seguros	513	513	507	512	640	5	1%	0	0%
Manutenção/Reparação	9000	9.002	6.482	15.258	11.099	2.518	39%	-2	0%
Inspeções	126	126	126	156	154	0	0%	0	0%
Combustível/Portagens	3500	3.868	6.513	6.821	7.930	-3.013	-46%	-368	-10%
IUC	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nº de veículos *	7	7	7	7	7	-	-	-	-

\* inclui: 3 contratos de AOV + 4 propriedade do IGCP

\*\* pretendia-se trocar um dos veículos a gasolina por um eléctrico

\*\*\* inclui 3 contratos de AOV (incluindo 1 de uma viatura eléctrica) + 4 propriedade do IGCP

## Plano de investimento

O projeto IB+ está em fase de conclusão e tem sido participado por fundos comunitários através do Compete2020 e por receitas próprias. O financiamento nacional terminou em 2020, prevendo-se ainda receber do Compete, em 2021, 37.220 euros.

**Figura 10 - Investimento**

(EUR)	2018 (real)	2019 (real)	2020 (real)	2021 (previsão)	2022 (previsão)	2023 (previsão)
<b>Orçamento de funcionamento</b>						
Investimentos						
Edifícios						
Hardware	70.975	126.528	131.601	105.000	105.000	145.000
Software	117.655	185.357	642.322	890.000	890.000	850.000
Equipamento Administrativo	3.944	172	1.504	5.000	5.000	5.000
<b>Total funcionamento</b>	<b>192.573</b>	<b>312.058</b>	<b>775.427</b>	<b>1.000.000</b>	<b>1.000.000</b>	<b>1.000.000</b>
<b>Orçamento de investimento</b>						
Comparticipação nacional						
Recursos Humanos		35.482				
Estudos Projetos e Pareceres		133.089	24.362			
Publicidade						
Hardware		64.025				
Software		148.447	20.391			
Comparticipação comunitária						
Recursos Humanos		25.981	89.092	14.284		
Estudos Projetos e Pareceres		11.070	156.517	22.936		
Publicidade		320	31.045			
Hardware		84.699	29.359			
Software		1.244	96.730			
<b>Total investimento</b>	<b>0</b>	<b>504.357</b>	<b>447.496</b>	<b>37.220</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>192.573</b>	<b>816.415</b>	<b>1.222.924</b>	<b>1.037.220</b>	<b>1.000.000</b>	<b>1.000.000</b>

**Figura 11 – Projeto IB+, por tipo de despesa**

(EUR)	2019 (real)	2020 (estimativa)	2021 (previsão)
Comparticipação nacional			
Recursos Humanos	35.482		
Estudos Projetos e Pareceres	133.089	24.362	
Publicidade			
Hardware	64.025		
Software	148.447	20.391	
Comparticipação comunitária			
Recursos Humanos	25.981	89.092	14.284
Estudos Projetos e Pareceres	11.070	156.517	22.936
Publicidade	320	31.045	
Hardware	84.699	29.359	
Software	1.244	96.730	
<b>Total</b>	<b>504.357</b>	<b>447.496</b>	<b>37.220</b>

**Figura 12 – Execução do projeto IB+**

(EUR)	Financiamento da U.E.	Receitas Próprias
<i>Aprovado Inicialmente</i>	563.277	425.796
2019	123.314	381.043
2020	402.743	44.753
2021 (previsão)	37.220	0
<i>Financiamento Previsto</i>	563.277	425.796
<i>Financiamento Recebido</i>	951.853	

Em 2020 foram adquiridos serviços de consultoria informática para o desenvolvimento de um *upgrade* do sistema WSS, sistema crítico para a gestão da tesouraria e da dívida pública.

Pretende-se também efetuar em 2021 um *upgrade* tecnológico ao SPA, SGT, SCE e sistemas de compensação. Os custos associados ao *upgrade* do SPA e do SGT estimam-se que sejam de 190 mil euros e 160 mil euros, respetivamente, acrescidos de IVA, encargo que será suportado em 2021 e 2022. Por outro lado, pretende-se lançar um projeto de desmaterialização documental (*paperless*), aguardando-se por uma oportunidade no âmbito de um financiamento comunitário para o mesmo.

Por imposição do Banco Central Europeu será necessário o desenvolvimento de um projeto de alteração das mensagens SWIFT para o tipo ISO20022 e de um projeto de evolução para o novo RTGS, que terão que ocorrer em 2021.

A partir do presente a no passarão a ser pagos os serviços partilhados de infraestruturas cujo custo será de 28.724 euros por ano, acrescido de IVA, sendo este pagamento efetuado à Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública.

Refira-se que não se prevê qualquer aumento de capital, indemnizações compensatórias ou subsídios a outras operações.

Dada a natureza dos investimentos efetuados pelo IGCP não se justifica o cálculo do Valor Atual Líquido (VAL) e do Taxa Interna de Rentabilidade (TIR) para os mesmos.

## Orçamento de exploração<sup>4</sup>

O artigo 25.º dos estatutos do IGCP determina que o orçamento anual da Agência depende de aprovação prévia do membro do Governo responsável pela área das finanças e que o relatório de atividades e as contas anuais, acompanhadas do parecer do Fiscal Único, devem ser submetidos, até 31 de março do ano seguinte àquele a que respeitem, à aprovação do membro do Governo responsável pela área das finanças e ao julgamento do Tribunal de Contas.

Declara-se que, em termos orçamentais, o orçamento do IGCP se encontra equilibrado para os anos de 2019-2023, apresentando-se nos quadros seguintes informação referente aos mapas orçamentais.

**Figura 13 – Receitas e despesas nos mapas orçamentais**

(EUR)	2019	2020	2021	2022	2023
<b>Receita, por classificação económica</b>					
06.03.01 - Transferências correntes - Ministério das Finanças	26.500.000	26.500.000	26.791.500	27.500.000	27.500.000
07.02.99 - Vendas de Bens e Serviços	24.556.000	25.058.356	27.182.800	28.076.000	28.806.000
<b>Total da Receita</b>	<b>51.056.000</b>	<b>51.558.356</b>	<b>53.974.300</b>	<b>55.576.000</b>	<b>56.306.000</b>
<b>Despesa, por classificação económica</b>					
01 - Despesas com Pessoal	4.723.047	4.765.233	5.559.239	5.587.035	5.614.970
02 - Aquisição de Bens e Serviços (receita própria)	6.698.063	7.943.751	2.053.255	2.063.521	2.073.839
02 - Aquisição de Bens e Serviços (receitas gerais)	24.203.188	23.919.083	26.791.500	26.791.500	27.500.000
06 - Outras Despesas Correntes	3.004.480	2.745.238	2.521.562	2.534.170	2.546.841
07 - Aquisição de Bens de Capital	312.058	775.427	1.000.000	1.000.000	1.000.000
<b>Total da Despesa</b>	<b>38.940.836</b>	<b>40.148.732</b>	<b>37.925.556</b>	<b>37.976.226</b>	<b>38.735.650</b>

Em 2020, para além do descaivo concedido de 1,4 milhões de euros afeto ao Agrupamento 02 – Aquisição de bens e serviços, foi ainda solicitado a abertura de créditos especiais no montante de 8,5 milhões de euros para fazer face a necessidades orçamentais na classificação económica 020224 – Encargos de cobrança de receita e 800 mil euros na classificação económica 060203 – Outras Despesas Correntes, classificação que assume os custos com a atividade bancária do IGCP. A despesa assumida por esta última é repassada a os clientes e contabilizada como receita própria do IGCP.

No que respeita a receitas, o IGCP tem um orçamento consubstanciado em receitas próprias, sendo a mais relevante a comissão de gestão anual prevista da alínea a) do número 1 do artigo 26.º dos respetivos estatutos, cujo valor em 2021 será de 27,182 milhões de euros, que corresponde no mínimo a 1 % do *stock* da dívida pública. A despesa efetiva inscrita e aprovada na proposta de projeto de orçamento de Estado foi de 11,134 milhões de euros.

O IGCP recebe ainda transferências (receitas gerais) provenientes do Capítulo 60 – Despesas Excepcionais, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, destinadas unicamente ao pagamento às entidades colaboradoras na Rede de Cobranças do Estado e ao apoio às secções de cobrança – tributárias e alfandegárias.

<sup>4</sup> Declaração de conformidade, nos termos do despacho nº 172/14-SET, de 31 de janeiro, em anexo.

### 3.3. Eficiência operacional

A medição da eficiência da estrutura dos gastos operacionais do IGCP é estabelecida através de um indicador que relaciona as principais atividades desenvolvidas pela Agência, nas suas várias vertentes (emissão de dívida transacionável e dívida de retalho e gestão global da tesouraria do Estado), com os gastos operacionais.

De acordo com o indicador aprovado no PAO de 2017, apresentam-se na tabela seguinte os objetivos do IGCP para o triénio 2021-2023.

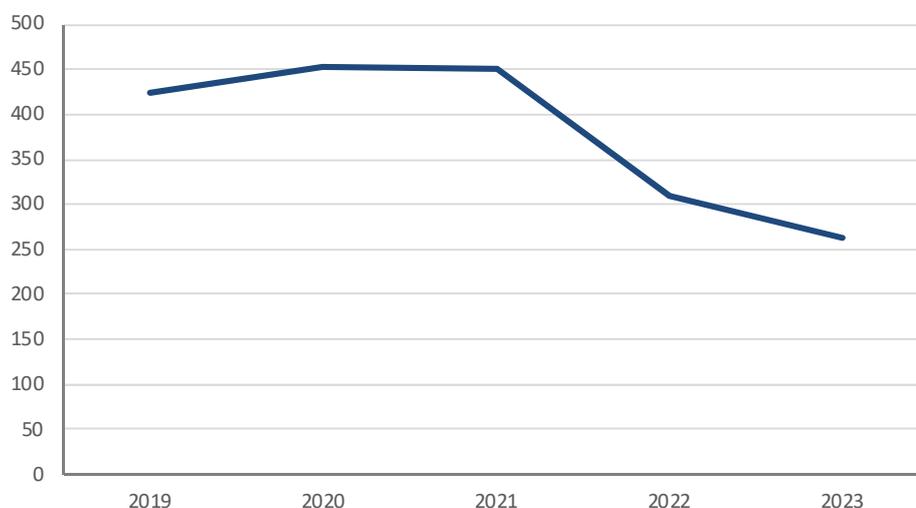
**Figura 14 – Indicador de eficiência de gastos operacionais**

2021	2022	2023
450,36	308,74	263,64

A organização da atividade à luz do Plano Estratégico do IGCP no triénio 2019-2021 permitirá continuar a alcançar resultados positivos ao nível da eficiência interna, afigurando-se essencial para otimizar a estrutura dos gastos operacionais. Tendo em consideração as prioridades estratégicas do IGCP nos próximos anos, prevê-se:

- Um aumento da atividade da Agência, refletindo os esforços desenvolvidos na otimização da centralização da tesouraria do Estado, na melhoria das previsões de fluxos de tesouraria. O aumento das necessidades de financiamento do Estado por força da crise pandémica irá também contribuir para aumentar a atividade do IGCP, sobretudo na sua vertente de emissão de dívida pública;
- Um aumento pouco significativo dos custos com pessoal e dos gastos com fornecimentos e serviços externos para fazer face ao aumento da atividade.

**Gráfico 2 – Indicador de eficiência de gastos operacionais**



Fonte: IGCP

## 4. Recursos humanos

### 4.1. Caracterização geral

Os trabalhadores a o serviço do IGCP estão integrados nas seguintes carreiras:

- Carreira técnica – integram a carreira técnica as funções cujo desempenho consiste na elaboração de estudos, análises, pareceres, projetos ou na execução de tarefas operacionais que exijam formação superior ou currículo profissional que confira a adequada competência na área de especialização onde se exercem. É requisito para o ingresso na carreira técnica possuir uma licenciatura adequada à função ou experiência profissional que lhe confira reconhecida e adequada competência técnica.
- Carreira técnico-administrativa – integram a carreira técnico-administrativa as funções cujo desempenho consiste na execução de tarefas de índole administrativa e/ou operacionais para as quais, em geral, não é exigida formação superior. É requisito para o ingresso na carreira administrativa o possuir, no mínimo, o 9.º grau de escolaridade ou equivalente.
- Carreira auxiliar – integram a carreira auxiliar as funções referentes ao desempenho das tarefas auxiliares e de apoio geral como as de contínuo/motorista. É requisito para o ingresso na carreira auxiliar o possuir, no mínimo, o 6.º ano de escolaridade ou equivalente.

No final de 2020, os colaboradores efetivos a desempenhar funções no IGCP totalizavam 92 trabalhadores. Destaca-se a saída de 4 colaboradores nesse ano, dos quais só 1 foi substituído, e salienta-se o regresso de 1 colaborador que tinha saído em 2019 para desempenhar funções numa Secretaria de Estado, tendo o seu lugar ficado em aberto. No final de 2020, foi admitido 1 colaborador para substituição de outro que se tinha aposentado no SGC.

**Figura 15 – Número de efetivos por função**

Ano	Número de efetivos <sup>b)</sup>	Conselho de Administração	Coordenadores	Empregados
2013	102	3	14	88
2014	94	3	16	78
2015	95	3	15	80
2016	92	3	15	77
2017	93	3	15	78
2018	95	2	17	78
2019	94	3	16	78
2020	92	3	16	76
2021 <sup>a)</sup>	95	3	16	79

<sup>a)</sup> valores previsionais

<sup>b)</sup> não inclui Conselho de Administração

Conforme ilustrado pela tabela em baixo, dois terços dos efetivos do IGCP são mulheres.

**Figura 16 – Número de efetivos por género**

Anos	Homens	Mulheres
2015	33	62
2016	33	59
2017	37	59
2018	37	61
2019	36	61
2020	37	58

#### 4.2. Gastos com pessoal

Em 2021, estima-se que sejam recrutados um total de 4 colaboradores:

- 2 para a ASI, 1 dos quais já autorizado no PAO de 2020, e outro para substituição de um colaborador que se irá aposentar em 2021 no NDS (núcleo integrado na ASI);
- 1 para o NCF que, no início de 2020, perdeu um dos seus colaboradores, tendo já sido solicitada através de ofício isolado a sua substituição e aguardando-se pela autorização da mesma;
- 1 para o GES, em virtude de um dos seus colaboradores ter rescindido o contrato com efeitos a junho do corrente ano.

Continua por recrutar o trabalhador autorizado no PAO de 2018 para o NFC criado em 2018.

Tendo em consideração os projetos que se pretendem executar, será necessário reforçar o quadro de pessoal. A política de recrutamento no IGCP privilegia a seleção de novos trabalhadores dentro do universo do Setor Público Administrativo sempre que adequado ao posto de trabalho em apreço.

Salienta-se que o aumento dos custos com pessoal, para além de considerar as novas contratações, prevê ainda o aumento em média de 0,3% nos vencimentos, resultado das negociações no âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho/setor bancário ao qual aderiu a maioria dos trabalhadores do IGCP. Prevê-se ainda a promoção de trabalhadores e o pagamento de prémios decorrente do processo de avaliação.

**Figura 17 – Custos com pessoal por função**

(EUR)	2021	2020	2019	Variação 2021/2019		Variação 2021/2020	
	(previsão)	(real)	(real)	Variação	%	Variação	%
<b>1. Gastos totais com pessoal</b>	<b>5.003.315</b>	<b>4.798.393</b>	<b>4.798.104</b>	<b>205.211</b>	<b>4,3%</b>	<b>204.922</b>	<b>4,3%</b>
a) Gastos com Órgãos Sociais	397.040	397.467	374.685	22.355	6,0%	-427	-0,1%
i) Vencimento base+subsídio férias e subsídio de Natal	299.504	299.504	293.596	5.908	2,0%	0	0,0%
ii) Outros Subsídios	7.400	7.337	7.592	-192	-2,5%	63	0,9%
iii) Valorizações remuneratórias							
b) Gastos com Coordenadores	1.344.860	1.266.965	1.258.556	86.304	6,9%	77.895	6,1%
i) Vencimento base+subsídio férias e subsídio de Natal	1.032.613	979.533	979.533	53.080	5,4%	53.080	5,4%
ii) Outros Subsídios	38.166	37.790	37.790	376	1,0%	376	1,0%
iii) Valorizações remuneratórias							
c) Remunerações do Pessoal	3.165.562	3.039.661	3.048.892	116.670	3,8%	125.901	4,1%
c.1) Contratado - quadro de pessoal							
i) Vencimento base+subsídio férias e subsídio de Natal	2.173.626	2.159.749	2.137.916	35.710	1,7%	13.877	0,6%
ii) Outros Subsídios	168.815	171.937	166.579	2.236	1,3%	-3.122	-1,8%
iii) Valorizações remuneratórias	55.000	58.873		55.000		-3.873	-6,6%
c.2) A contratar							
i) Vencimento base+subsídio férias e subsídio de Natal	147.000						
ii) Outros Subsídios	7.287						
d) Benefícios pós-emprego							
e) Ajudas de custo	7.500	1.208	11.709	-4.209	-35,9%	6.292	520,9%
f) Restantes Encargos	88.354	93.093	104.262	-15.908	-15,3%	-4.739	-5,1%
g) Rescisões indemnizações							
<b>2. Gastos totais com pessoal s/ impacto das medidas identificadas em (iii) e g)</b>	<b>4.948.315</b>	<b>4.739.520</b>	<b>4.798.104</b>	<b>150.211</b>	<b>3,1%</b>	<b>208.795</b>	<b>4,4%</b>
Número de Recursos Humanos							
Número de Órgãos Sociais	3	3	3	-	0,0%	0	0,0%
Número de Coordenadores s/ Órgãos Sociais	16	16	16	-	0,0%	0	0,0%
Número de Trabalhadores s/ Coordenadores e s/ Órgãos Sociais	79	76	78	2	2,6%	3	3,9%
Gastos com dirigentes/Gastos com Pessoal	42,5%	41,7%	41,3%	0	-1,0%	0	1,9%

**Figura 18 – Custos com pessoal em 2020 e 2021**

(EUR)	2021-2020
<b>Gastos totais com pessoal 2020</b>	<b>4.798.393</b>
Pessoal que rescindiu	(60.865)
Pessoal a contratar	154.287
Aumento CFP	-
Aumentos ACT	11.500
Promoções	50.000
Pémios	50.000
<b>Gastos totais com pessoal 2021</b>	<b>5.003.315</b>

## 5. Anexos

### Anexo 1



#### RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

##### Introdução

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 21 dos Estatutos, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, EP (a Entidade) relativos ao ano de 2021, que compreendem (i) o Plano de atividades e orçamento, (ii) Demonstrações financeiras previsionais para os anos de 2021 a 2023, (iii) Demonstrações financeiras históricas para os anos de 2019 a 2020, (iv) Fluxos de caixa por naturezas, (v) Plano de investimento, (vi) Orçamento de exploração, (vii) Indicadores de desempenho e (viii) Recursos humanos, incluindo os pressupostos em que se basearam.

##### Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 12 dos referidos Estatutos da Entidade e aprovado pelo seu Conselho de Administração em 23 de Abril de 2021.

##### Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

##### Conclusão e opinião

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião a projeção está devidamente preparada com base nos pressupostos e está apresentada de acordo com alínea d) do n.º 1 do art.º 12 dos referidos Estatutos.

JM Ribeiro da Cunha & Associados, SROC, Lda  
Capital Social: 36.000€  
NIPC: 514809833  
Inscrita na OROC sob o n.º 325  
Inscrita na CMVM sob o n.º 20180024

Morada  
Av. José Gomes Ferreira, nº11, 5º Piso, Sala 54  
Miraflores, 1495-139 Algés  
(+351) 214 103 222  
geral@rc-sroc.com | www.rc-sroc.com

 KRESTON



Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Lisboa, 07 de Maio de 2021

O Fiscal Único

Mário Paulo Bettencourt de Oliveira

Em representação de:

“JM Ribeiro da Cunha & Associados, SROC, Lda.”

## Anexo 2

### Declaração

Para os devidos efeitos e nos termos do Despacho nº 172/14-SET, de 31 de janeiro, comunicado através do ofício circular 819, de 12 de fevereiro, o Conselho de Administração da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., declara que o Plano de Atividades e Orçamento para 2021 se encontra em conformidade com o projeto de orçamento enviado à tutela, de acordo com o referencial de contas públicas, aprovado pelo OE de 2021, conforme justificado no ponto V – Gestão Económica e Financeira do respetivo documento.

Lisboa, 19 de fevereiro de 2021